



*A SCIT opera sob
direção e
supervisão da
Procuradoria-Geral
da RDTL*



DR. CLÁUDIO XIMENES: OS TRIBUNAIS TÊM DE SER INDEPENDENTES, IMPARCIAIS E DECIDIR EM CONFORMIDADE COM A LEI OU NÃO TERÃO QUALQUER VALOR

O presidente do tribunal da mais alta instância em Timor-Leste explica o seu funcionamento e o papel dos tribunais para a paz. De acordo com Cláudio Ximenes, os tribunais têm de dar decisões com independência, imparcialidade e estritamente em conformidade com a lei. Além disso, os juízes têm de ter a coragem para resistir a qualquer pressão, senão os tribunais não terão valor e as pessoas farão justiça pelas próprias mãos.

Qual é o papel do Tribunal de Recurso no contexto do sistema judicial timorense?

O tribunal de recurso funciona, neste momento, como o tribunal de mais alta instância no país. O Tribunal de Recurso exerce as competências atribuídas ao Supremo Tribunal de Justiça, até esse tribunal estar instalado. Além disso, decide também todas as questões da competência do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas.

Presentemente, esta secção não está operacional. As contas do governo são escrutinadas por auditores independentes contratados pelo governo. Como tribunal constitucional decide se as leis aprovadas estão de acordo com a constituição. Isto acontece ou porque a questão é levantada em termos abstractos ou porque é levantada em sede de recurso num processo concreto.

Para além disso, se houver recursos a decisões dos tribunais distritais, cabe ao tribunal de recurso avaliar, não é?

Exactamente, isso faz também parte da competência de um tribunal de recurso que se traduz na revisão das decisões dos tribunais inferiores, neste caso dos tribunais distritais.

Ainda são necessários juízes internacionais para fazer funcionar o sistema de justiça adequadamente?

Em termos gerais, o tribunal de recurso e os tribunais distritais ainda dependem de juízes internacionais. Presentemente temos um total de apenas 13 juízes timorenses que apenas estão preparados para exercer funções no tribunal distrital que é o tribunal de primeira instância e ainda assim precisam de apoio de juízes mais experientes. Além disso, precisamos de continuar a formar juízes para a primeira instância e para isso precisamos de juízes para dar formação no Centro de Formação Jurídica de Timor-Leste, responsável pela

formação de juízes, os procuradores e os defensores públicos. Precisamos ainda de juízes internacionais para os acompanhar já no dia-a-dia nos tribunais. Nenhum dos juízes timorenses está suficientemente preparado para ocupar cargos no tribunal de recurso. Além disso, temos que começar a formar alguns destes juízes para mais tarde virem a ocupar funções no TR e para isso também vamos precisar de juízes internacionais. Foram recrutados mais quatro juízes internacionais para os tribunais distritais. Esperamos que comecem a trabalhar em Setembro. Precisamos também de recrutar mais um ou dois juízes para o TR, porque desde que Ivo Rosa deixou a Justiça temos apenas dois juízes.

Quanto tempo é que prevê que levará o sistema judicial a ser totalmente timorense?

Se continuarmos com o ritmo actual de formação de juízes timorenses, uma média de três por ano, o apoio internacional continuará a ser necessário até 2020.

Tem-se falado muito da interferência do poder político no campo judicial. Pode explicar porque é tão importante que haja uma separação clara dos dois campos?

A razão que está na base da não interferência do poder político ou de outros poderes no sistema judiciário e

nos tribunais tem a ver com a necessidade de garantir a independência dos tribunais e sobretudo a independência dos juízes que tomam a decisão em cada caso

concreto. Quando o juiz dá uma decisão tem que fazê-lo com independência e isso significa que não pode receber instruções de pessoa nenhuma, grupo, ou entidade nenhuma sobre o sentido que tem que dar a essa decisão. Isso também a ver com a necessidade de o juiz ser imparcial, de não beneficiar qualquer uma das partes. É claro que quando o juiz está a dar a decisão está a dar razão a uma das partes e não dar razão a



Editorial:

Na quarta edição do boletim informativo da SCIT temos o prazer de publicar uma entrevista com o Presidente do Tribunal de Recurso, Dr. Claudio Ximenes, na qual apresenta uma explicação subtil do papel do juiz, dos tribunais e da situação actual dos tribunais em Timor-Leste. Gostaria de chamar a vossa atenção para as suas palavras com respeito à necessidade de independência e imparcialidade dos juízes. Continuamos ainda a destacar as iniciativas e esforços da SCIT no sentido de informar a população, em particular as vítimas, sobre o nosso mandato e os mecanismos judiciais estabelecidos no país para abordar as violações dos direitos humanos do passado. Além disso, tentamos manter-vos actualizados de outras iniciativas levadas a cabo pela sociedade civil para abordar as necessidades das vítimas.

Marek Michon
Chefe SCIT



Boletim informativo da UNMIT/Equipa de Investigação dos Crimes Graves (SCIT) • edição 4 • Julho de 2009

SCIT-UNMIT
Obrigado Barracks II
Caicoli
DILI

Phone: 330-4100
Fax: 330-4110

UNMIT Regional Support Centres
BAUCAU: Vila Nova
MALIANA: Holsa Soso
SUAI: Next to the Heliport

For more information, please contact:

Júlia Galvão Alinho
External Relations Officer
Mob: +670 73 11 519
E-mail: alinho@un.org

Investigar 1999 para trazer Justiça em Timor-Leste

WWW.UNMIT.ORG/RULE OF LAW/SERIOUS CRIMES

Em Breve...

• **Diálogo de Consenso Nacional: necessidade de mais discussão sobre justiça. Entre 16 e 19 de Junho, os líderes do país reuniram-se numa iniciativa do Presidente Ramos Horta para discutir justiça e reconciliação para as violações dos Direitos Humanos do passado. O Diálogo, moderado pelo Bispo Gunnar da Noruega, levou ao consenso sobre questões de reparações e reconhecimentos das vítimas, mas não se conseguiu chegar a qualquer acordo relativamente a mecanismos judiciais para abordar essas violações. Alguns querem parar o processo judicial, outros são a favor da continuação da investigação e julgamentos.**

• **Novo Código Penal entrou em vigor em 7 de Junho.**

outra das partes, o que quer dizer que há sempre uma das partes que não ficará satisfeita com a decisão que o tribunal dá. Agora o que é preciso é que a decisão que o tribunal dê seja feita com independência, seja feita apenas de acordo com a lei e com os factos que o tribunal, através do processo conceder provados, com mais nada. Porque se o tribunal e o juiz não forem independentes, imparciais e se não aplicarem a lei com rigor, os tribunais e os juizes não servirão para nada. Porque, a partir do momento em que se possa influenciar a decisão do tribunal, em vez de cumprirmos a lei, as pessoas tentarão arranjar alguém que consiga influenciar o juiz ou irão arranjar dinheiro para comprar o juiz. Reunirão os seus homens e as suas armas para fazer justiça pelas próprias mãos. Nesse caso a corrupção e o poder da força estarão a substituir a lei e a justiça e os tribunais não servirão para nada.

O que é que os tribunais e o sistema judicial podem fazer pela paz?

Os tribunais e o juiz têm por função resolver conflitos e resolver conflitos é um dos mecanismos para a pacificação social e, portanto, a função do juiz ao dar uma decisão é conseguir resolver um conflito e pacificar o meio social perturbado pela violação de o direito de alguém.

Como ex-juiz dos Painéis Especiais para

Crimes Graves, qual é a sua opinião sobre esse processo.

O processo dos crimes graves foi um mecanismo criado para se julgar, a meu ver, o mais rapidamente possível os casos que aconteceram em 1999. A partir daí fizeram-se as investigações, fizeram-se os julgamentos e, como era de prever, deparou-se com um conjunto de obstáculos de natureza material intransponível, que era trazer ao julgamento, inclusive até à investigação, as pessoas envolvidas nos crimes de 1999. Contra isto não há muito a fazer, é uma realidade com que nós temos que viver. Agora os processos que estão pendentes, continuarão pendentes enquanto não tivermos os arguidos em território timorense para poderem ser julgados e, portanto não vejo que haja possibilidade de fazer mais do que já se fez até este momento. Ultimamente tem aparecido de vez em quando um ou outro processo para ser julgado mas isso é coisa muito rara. Neste momento existe um arguido à espera de julgamento, exactamente por causa da falta de juiz internacional para integrar o painel. Uma vez que são necessários dois juizes internacionais para integrar o painel e neste momento só temos um disponível. Esperamos poder trazer os arguidos a julgamento e que se consiga ainda reunir a prova sobre os factos.

ONGs ajudam a estabelecer rede de vítimas

Um grupo de ONG's timorenses e uma internacional, a trabalhar no quadro do fórum para organizações não-governamentais, FONGTIL, está a ajudar a estabelecer uma rede de vítimas de violações de direitos humanos passadas (74-99). Desde de Março último, o grupo tem conduzindo encontros com as vítimas e familiares das vítimas, por todo o país. Como resultado, está a ser estabelecida uma rede de vítimas. Esta rede tem como objectivo principal defender os seus interesses e os seus pontos de vista na discussão nacional mais alargada sobre possíveis soluções para abordar questões pendentes relativas à justiça, reconciliação e reparações. As assembleias distritais também estão a eleger os seus delegados ao Congresso Nacional que irão ocorrer em Dili entre 2 e 4 de Setembro. "Precisamos de expressar o nosso ponto de vista às autoridades e ajudá-las a



Group of victims in Ainaro debating proposals to address their needs

decidir", disse um dos representantes das vítimas. Reuniões em Los Palos no dia 7 e em Maliana no dia 15 de Julho completarão a ronda de consultas distritais. A SCIT e a Unidade dos Direitos Humanos têm participado na disponibilização de informação às vítimas.

Equipas dos Crimes Graves e dos Direitos Humanos da UNMIT no subdistrito de Maucatar Levar informação onde os media não chegam

"Isto foi muito bom. Nunca tínhamos ouvido o que nos disse hoje, não temos rádios, nem televisão." Foi assim que reagiu a população da aldeia de Ougui, Maucatar, distrito de Covalima após uma sessão de informação de um dia conduzida pela Unidade dos Direitos Humanos e da Justiça Transitória e pela Equipa de Investigação dos Crimes Graves. A sessão concentrou-se na revisão do trabalho da CAVR e CAV e suas recomendações, sobre a situação do processo dos Crimes Graves e propostas de



Homens, mulheres e crianças ouviram e discutiram questões relacionadas com a justiça e direitos

reparações que estão a ser preparadas e discutidas por organizações da sociedade civil e membros do parlamento. O diálogo sobre justiça estava animado nesta comunidade que vive perto da fronteira. "A amizade com a Indonésia é muito importante para nós, mas tem de ser feita justiça," disse um dos habitantes candidato às próximas eleições de suco.